



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ORAL

Os novos aterros urbanos com uma área de 350 hectares trazem várias expectativas para o futuro desenvolvimento de Macau, tais como 43 mil fracções, incluindo habitações públicas, o edifício do órgão judicial, os terrenos para as gentes de Macau, o reordenamento dos bairros antigos etc.. tudo isto dependente dos terrenos resultantes destes novos aterros. Mas segundo a IAOD do deputado Chan Meng Kam em 23 de Abril, o Governo Central já autorizou os aterros em Novembro de 2009 e as respectivas obras e construção do dique da zona A devem estar concluídas no final de 2015, no entanto, já passou quase metade do prazo e, até à data, ainda não se viu qualquer obra. Quanto aos aterros da zona E1, surgiram dois concorrentes que reuniram as condições necessárias na apreciação técnica e que propuseram preços igualmente baixos, então, o Governo declarou extinto o respectivo concurso público. Mas como os dois concorrentes não concordaram com essa decisão administrativa, apresentaram recurso contencioso junto do tribunal de segunda instância e a obra arrasta-se há mais de um ano. E acredito que o processo do respectivo concurso público não vai conseguir concluir-se sem antes haver uma decisão sobre os recursos apresentados. Assim, não se sabe quando terão início as obras da zona E1. E quanto às obras das zonas B, C e D, ainda nada foi publicado quanto ao seu ponto de situação, o que demonstra a morosidade de todas as obras relativas aos novos aterros urbanos. E devido ao prolongamento dessas obras, a construção de instalações públicas,

IO-2014-05-07-Song Pek Kei (p)apn



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

arruamentos, infra-estruturas e a diversificação da indústria continuam a arrastar-se.

De facto, desde o retorno à Pátria que têm sido sucessivamente implementados vários projectos de obras públicas de grande envergadura, com vários deles a envolver reforço orçamental e prorrogação dos prazos, nomeadamente, o Terminal Marítimo de Pac On, o Túnel de ligação ao novo campus da Universidade de Macau e o Plano de Urbanização envolvendo 350 hectares de aterros. Isto demonstra que continuam a registar-se problemas na definição dos critérios de adjudicação e nos mecanismos de fiscalização das obras públicas por parte do Governo. Porquê? Se o Governo não proceder quanto antes à revisão e ao aperfeiçoamento do regime das concessões públicas, as obras vão registar atrasos, o erário público vai ser irracionalmente aplicado, e a vida da população e a imagem da RAEM vão ser afectadas.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. No concurso para a concessão das obras do aterro da Zona E1 foram apresentadas “duas propostas com preços igualmente baixos”. Os respectivos casos encontram-se já em processo judicial, o que, inevitavelmente, atrasa o andamento das respectivas obras. Quanto ao concurso público para a “Empreitada de Construção do Túnel de Ká Hó, Coloane”, em 12 de Março deste ano, do respectivo anúncio constava uma “solução para o caso da apresentação de propostas com preços iguais”, assim sendo, estabelecendo a

IO-2014-05-07-Song Pek Kei (p)apn



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

respectiva comparação, conclui-se que no caso do concurso público para as obras do aterro da Zona E1 faltou o rigor. De facto, o Decreto-lei n.º74/99/M, que regula as concessões de obras públicas, define no seu artigo 94.º os respectivos critérios de adjudicação, mas na prática existem diferentes modelos para a avaliação das propostas. A forma adequada é decidir pela “proposta que apresenta custos mais baixos”, mas no concurso para a Zona E1 surgiram “duas propostas com preços igualmente baixos”, ora, isto demonstra que os critérios de avaliação das propostas têm de acompanhar o passo do desenvolvimento cada vez mais complexo da nossa sociedade, a fim de suprir eventuais lacunas. O Governo já tem introduzido melhorias, mas não se exclui a possibilidade de existirem lacunas noutros modelos de avaliação. O Governo deve proceder a uma revisão integral e séria dos diferentes critérios de avaliação, a fim de garantir que situações idênticas não voltem a acontecer, e deve ainda salvaguardar eficazmente o andamento dos concursos para obras públicas. Como é que vai fazer isso?

2. Em muitas obras públicas de grande envergadura registaram-se situações de reforço orçamental e prorrogação de prazos, portanto, será difícil evitar que isso aconteça com o Plano urbanístico dos novos aterros. Com vista ao reforço da fiscalização, como é que o Governo vai evitar que as referidas situações se repitam? Se as referidas obras não forem concluídas no prazo previsto, como é que o Governo vai resolver a situação?

3. As obras a desenvolver nos novos aterros têm grandes implicações

IO-2014-05-07-Song Pek Kei (p)apn



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

para o futuro desenvolvimento social de Macau. Como o andamento das obras da Zona A e da Zona E1 não é o mais feliz, o Governo deve proceder à avaliação das eventuais repercussões, quer para o referido plano quer para a vida da população, se houver lugar ao prolongamento das obras em causa. Já o fez? Quanto às obras das Zonas B, C e D, que também não registam grandes avanços, de que medidas concretas é que o Governo dispõe para o seu acompanhamento?

7 de Maio de 2014

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM

Song Pek Kei